



XXXIII SIC SALÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Evento	Salão UFRGS 2021: SIC - XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2021
Local	Virtual
Título	O Século de Weber? Reformas Administrativas no Brasil, 1900-2020
Autor	MARÍLIA BRUXEL
Orientador	ANDRE LUIZ MARENCO DOS SANTOS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Autor: Marília Bruxel

Orientador: André Luiz Marengo dos Santos

O século de Weber? Reformas administrativas no Brasil, 1900-2020

Neste trabalho pretende-se analisar mudanças na administração pública brasileira, referentes à sua profissionalização, buscando identificar mecanismos explicativos para as reformas implementadas entre 1900 e 2020. A literatura neoinstitucionalista apresenta duas abordagens de mudança: exógenas – eventos externos às instituições responsáveis pela mudança (*critical junctures*) – e endógenas – inclui a teoria de mudança pontuada *versus* mudança incremental contínua/descontínua de Mahoney (2015). Adota-se como hipótese que as mudanças da administração pública brasileira ocorreram de forma “incremental descontínua”, resultando em uma administração híbrida, que mescla critérios de nomeação baseados no mérito e carreiras profissionais, ao lado de *spoil system*. Para a pesquisa, coletou-se material do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com levantamento das reformas administrativas verificadas no Brasil entre 1900-2020. Paralelo, procurou-se avaliar o contexto no qual foram formuladas, identificando agentes e fatores institucionais responsáveis. Assim, foram mobilizados indicadores relativos à promoção de reformas administrativas através de regressão multivariada, considerando a variável dependente *dummy* reforma/não reforma, e as variáveis independentes variação anual do PIB per capita, classificação de regime político, acesso ao Executivo e competição eleitoral e partidária (bases V-DEM e Polity IV). O impacto das reformas foi considerado com base no indicador “Critérios para decisões de nomeação da administração pública” (V-DEM) que aponta em que medida as decisões de nomeação no serviço público se basearam em relações pessoais e políticas *versus* habilidades e mérito. Concluiu-se que o Brasil apresentou fortes características de mudanças “incrementais descontínuas”, pois as reformas foram implementadas endogenamente, a partir da ação de agentes que trabalharam com mecanismos intrínsecos à instituição (níveis de capacidade institucional e discricionariedade). Ainda que as mudanças tenham ocorrido de maneira lenta e descontínua (sequência de pequenas reformas com interrupções), geraram impactos à administração pública, propiciando mudanças graduais direcionadas à profissionalização na nomeação do serviço público.